

INTRODUÇÃO

“Apaixonados ou indiferentes, aflitos ou irônicos, perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que se buscava atônita depois de séculos de escravidão; agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; preguiça, luxúria e trabalho, mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça, povo e nação; colonialismo e nacionalismo; democracia e autoritarismo.

A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação... Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente”.

(Otávio Ianni, 1992)



.. uma possível leitura da estratigrafia do abandono.

O esquecimento das fontes arqueológicas: a estratigrafia do abandono e as trincheiras da Arqueologia.

A sociedade brasileira vem sendo interpretada, ao longo dos séculos, por meio dos mais diferentes estudos, baseados em distintas análises históricas, antropológicas, sociológicas, entre tantas outras.

Fenômenos de distintas naturezas têm servido de estímulos para esses estudos, desde aspectos gerais da nossa histórica organização econômica, até nuances muito particulares da culinária regional, passando por interpretações sobre a mestiçagem da população, pelos confrontos entre o erudito e o popular, entre o nacional e o regional e, muitas outras características que, uma vez analisadas e interpretadas, têm contribuído para o desenho do perfil da cultura brasileira.

Esse esforço de inúmeras gerações de intelectuais visa a extrair, a partir dos mais diferentes olhares, elementos que possam explicar a lógica da nação brasileira, em seus aspectos estruturais e conjunturais, buscando a compreensão das continuidades e rupturas. Temas vinculados à identidade e dependência culturais, às diferenças em relação a outros povos, às distintas formas de apropriação do meio ambiente tropical, cada vez mais estão presentes no estimulante universo de reflexão acadêmica.

Segundo Ianni (1992, p. 27), “muitos estão interessados em compreender, explicar, ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças

tristes, explicam a mestiçagem e imaginam a democracia racial... Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto...”

Esses trabalhos, em sua maioria, parecem procurar um fio condutor que nos conduza da perplexidade - pela obrigatoria convivência em um universo social com aspectos dramaticamente contrastantes - até o necessário equilíbrio das idéias que a multifacetada realidade cultural brasileira constantemente impede.

Explicar o Brasil parece que é tarefa de sempre, para aqueles que trabalham com o universo das idéias, manifestações e interpretações culturais. A vasta bibliografia referencial sobre a cultura brasileira aponta para esta afirmação. Consagrados autores, estimulados por diferentes fenômenos, apoiados em distintos suportes teórico-metodológicos e em diversas épocas, debruçaram-se em análises de toda natureza, com a finalidade acima apontada. Um estudo mais detalhado sobre as inúmeras obras de Sílvio Romero, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Motta, Renato Ortiz, Sérgio Micelli, Gabriel Cohn, Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Marilena Chaui, entre muitos outros, mostra-nos uma multiplicidade de caminhos que devem ser percorridos (e o foram por estes autores) para o entendimento da história cultural deste país.

Os caminhos interpretativos, acima mencionados, algumas vezes mostraram atalhos opostos. Prendendo-se, por exemplo, nas sutilezas dos discursos de autores como Darcy Ribeiro e Alfredo Bosi é possível constatar esta afirmativa. O primeiro, em mais um esforço para explicar este país, reforça em um certo sentido a idéia de integração cultural. Valendo-se de instrumentos de análise antropológica, Ribeiro (1995, p. 20) afirma que... “a sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana

da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser, de crescer só aqui se realizaram plenamente. A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação”.

O segundo autor apontado pergunta se... “foi a colonização um processo de fusões e positivities no qual tudo se acabou ajustando, carências materiais e formas simbólicas, precisões imediatas e imaginário; ou, ao lado de uma engrenagem de peças entrosadas, se teria produzido uma dialética de rupturas, diferenças, contrastes?”. O autor ainda acrescenta ... “Se procuramos extrair um significado comum e mais geral dos desencontros apontados, surpreenderemos a dialética de um complexo formado de tempos sociais distintos, cuja simultaneidade é estrutural, pois estrutural é a compresença de dominantes e dominados, e estrutural é a sua contradição. O olho do colonizador não perdoou, ou mal tolerou, a constituição do diferente e a sua sobrevivência” (BOSI, 1992, p. 29/30 e 62)

Entretanto, esses autores e todos os outros, não se valem de referências arqueológicas para suas explicações. Em suas bibliografias não constam títulos vinculados à produção científica dos arqueólogos que estudam os vestígios das sociedades pré-coloniais

deste território. As raras abordagens sobre os indígenas recuam no tempo, no máximo, até o período do contato com europeus (séc. XVI). Muito mais para explicar a natureza do processo de colonização no âmbito de uma contextualização mundial, do que para entender as diferentes manifestações sócio-culturais dos nativos, que aqui já viviam há muitos séculos.

Percebe-se, então, que os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação.

Considera-se que a ausência de um olhar interpretativo, capaz de identificar e resgatar da vivência de grupos pré-coloniais os elementos que deveriam colaborar com a compreensão da identidade nacional, pode ser uma das razões da posição estranha que ocupa o conhecimento produzido por meio de estudos arqueológicos. Estudos, estes, sempre respeitados, mas nem sempre inseridos nas explicações sobre o Brasil.

É possível afirmar que sobre os vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de sedimentos, ao longo desses quase quinhentos anos de ocupação estrangeira neste território, e que os arqueólogos vêm coordenando incessantes projetos de pesquisas em campo e laboratório, ao longo de mais de um século, com o objetivo de trazer à luz as marcas da vivência que esses grupos humanos deixaram.

Entretanto, constata-se que misturada aos mencionados sedimentos, esta superposição de solos esconde características da história cultural deste país. Desta forma, consolidou-se uma estratigrafia que sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural.

Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das memórias exiladas. Não é difícil interpretá-la, pois a vasta bibliografia sobre o Brasil - enquanto nação - traduz as idéias e mentalidades que têm conduzido as explicações sobre este país.

Neste sentido, o processo de colonização imposto pelos movimentos expansionistas europeus, impediu que as populações nativas controlassem o seu próprio destino cultural, pois como afirma Sodré (1989, p. 11)... “nas condições apresentadas pelo Brasil, no alvorecer do século XVI, a transplantação, como já esclareceu alguém, representou expediente historicamente necessário para permitir, rompendo o ritmo espontâneo de desenvolvimento, a passagem da extensa área de domínio da comunidade primitiva, sob organização tribal - no estágio da pedra lascada - à fase mercantil, em que se insere como objeto de empresa de consideráveis proporções. A transplantação, no caso, importava em queimar etapas intermediárias. O processo tem todos os traços de mutalidade, de que será consequência, inclusive a destruição da comunidade primitiva indígena e de seus valores culturais”.

Apesar desta citação apresentar incorreções, pois os grupos que os europeus encontraram já dominavam outras tecnologias como, por exemplo, o polimento da pedra e a confecção da cerâmica, e mesmo apresentar uma visão evolucionista (“estágios” - “primitivo”), ela sublinha um aspecto determinante do processo de colonização, dentro do interesse deste trabalho: a intenção e a estrutura desta grande empreitada, que atravessou mares, era exclusivamente predatória e comercial. Neste sentido, as pessoas que foram aqui encontradas, não foram vistas como semelhantes. Ao contrário, serviram, apenas, como mão-de-obra, portanto sem direito à realidade presente e muito menos em ter um passado.

É importante frisar que, nesta época, a mesma sociedade européia que levava seus homens aos mares - para conquistar novas terras e consolidar-se economicamente - estava voltada para a busca de suas origens e de seu passado. É reconhecida a importância das escavações arqueológicas deste período na Europa, no que diz respeito à abertura de horizontes culturais que foi propiciada pelas descobertas dos vestígios da Antigüidade.

O abandono do passado, o desprezo pelas manifestações culturais nativas, o paternalismo descaracterizante dos religiosos, configuraram um relacionamento entre colonizadores e colonizados baseado, exclusivamente, na idéia de posse do corpo e da alma dos indígenas.

Da mesma forma, a ocupação exaustiva da costa brasileira não só deu início à depredação ambiental, como também destruiu os vestígios pré-coloniais dos grupos de coletores-pescadores (sambaquis) e de horticultores (aldeias).

A seqüência do processo de colonização reservou para os séculos XVII e XVIII algumas características que, se não foram por princípio destruidoras das marcas do passado, justificam outras razões de abandono.

De acordo com Teixeira (1993, p. 72), “As expressões culturais da colônia podem parecer distantes e indefinidas ao nosso olhar contemporâneo. Imagens, gestos, crenças, valores de visualização difícil, de conhecimento fragmentário. A névoa densa que cobre o passado colonial não chega, contudo, a encobrir o caráter mercantil da colonização, a convivência trágica dos colonizadores com os nativos, a dominação escravista, a correção religiosa, a relação predatória com a terra. Foi neste cenário que a colônia começou a produzir a cultura brasileira”.

Outra marca decisiva desta construção foi a opção e a imposição pelas letras, e pela linguagem escrita. Em contrapartida, a oralidade e os artefatos foram desprezados.

Cabe ressaltar que este desprezo por características culturais tão fortes dos nativos pode ser uma das principais razões para o esquecimento do seu passado. Como é conhecido, a oralidade é um elemento decisivo de comunicação entre os grupos indígenas. As histórias do passado, os mitos de origem, os ritos de passagem, as interpretações e representações do meio ambiente, entre tantos outros aspectos, têm na linguagem oral as possibilidades objetivas de preservação.

Da mesma forma, os artefatos reúnem características importantes para a compreensão dos processos culturais, no que diz respeito à escolha e tratamento de matérias-primas, às diferentes técnicas de confecção e possibilidades de uso.

Assim, o passado pré-colonial ficou subjugado a olhares estrangeiros e indiferentes aos seus vestígios.

Essas questões que delinearão o perfil do processo de colonização e a edificação de momentos da história cultural deste país, evidenciam as dificuldades interpretativas que, de certa forma, justificam esta estratigrafia do abandono. Ribeiro (1995, p. 30) lembra que... “Reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade... parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador”.

Esses momentos que foram dando vida própria a um novo país e que negligenciaram a contribuição nativa, receberam um

novo impulso com a chegada de D. João VI e sua corte, à Colônia, em 1808. A partir desta data são implantadas estruturas culturais que corresponderam à abertura de gráficas, museus, bibliotecas, Academia de Belas Artes, teatros, entre outras. Sabe-se, também, do incentivo à exploração da fauna e flora com objetivos científicos que, a partir desta época, consolidou instituições deste e de outros países.

Entretanto, como salienta Sérgio Buarque de Holanda (1977, p. 3) mais uma vez, “a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

As elites econômicas que, neste país, sempre dominaram o Estado, a Igreja, a Cultura, privilegiaram as manifestações eruditas - dos salões - e menosprezaram os fatos culturais populares. Com outras estratégias e possibilidades, os brasileiros que controlavam o poder ao longo do século XIX, não só continuaram desbravando o território e subjugando as populações encontradas, mas amparados em um forte poder econômico, estabeleceram o seu cotidiano de manifestações culturais a partir de inspirações européias.

Apesar do olhar romântico em relação ao indígena e de uma certa estupefação relacionada às práticas culturais dos escravos negros, a Colônia, o Império e a República não conseguiram conciliar - nos seus planos políticos - as vertentes básicas de nossos traços culturais. Ao contrário, elas foram se impondo pela própria pujança de suas características, pelas demarcadas possibilidades

regionais e, sobretudo, pela força de resistência, intrínseca a certos valores.

O fortalecimento de instituições científico-culturais, no início do século, ainda com expressão estrangeira, abriu horizontes para um olhar mais pormenorizado em relação às entranhas do processo cultural deste país. Entretanto, apesar dos inúmeros movimentos de intelectuais, do apoio político às instituições e do início dos cursos de formação para as ciências humanas, a forte imigração dos mais diferentes países trouxe, mais uma vez, símbolos e valores de fora, que se confrontaram com os significados autóctones.

Desta forma as distintas regiões brasileiras sofreram influências culturais bem determinadas.

De acordo com as idéias de Prous (1994, p. 17)...
“Enfin les ‘Blancs’, bien sur, de couches très diverses et regroupés géographiquement en fonction de leurs origines: les descendants de Portugais, fortement métissés d’Indiens, dominant en Amazonie; métissés de noirs, dans le Nordeste. Les Italiens ont colonisé São Paulo depuis moins d’un siècle, tandis que les Allemands et les Polonais occupent l’intérieur des terres méridionales et les Açoriens de littoral sud... Cette situation complexe a des conséquences sur la pratique archéologique, mais tranforme aussi l’archéologie et l’historiographie brésiliennes en instruments de lutte et de domination sur le plan culturel”.

Realmente, a realidade cultural brasileira é complexa e muitos dos seus ingredientes já foram esboçados neste texto. Entretanto é impossível concordar, totalmente, com o autor acima citado. Até o presente, a história cultural brasileira não se serviu da Arqueologia como instrumento de luta. Ao contrário, como é apresentado neste trabalho, existe um movimento cultural que impôs uma leitura e diferentes interpretações no sentido inverso. Para

muitos, a nossa pré-história como nação está sendo procurada no contraditório processo de acumulação primitiva do capital europeu do séc. XVI, e não nas características culturais dos povos indígenas (COUTINHO, 1990).

Ao longo do tempo, as diferentes interpretações sobre o Brasil foram se distanciando cada vez mais das contribuições nativas. A grande exceção, pode ser identificada a partir da década de vinte deste século, com a multiplicidade de movimentos que misturaram, e às vezes confundiram, inquietações políticas, sociais e culturais. Percebe-se que, uma vez livres da metrópole, e da escravidão, os brasileiros poderiam enfrentar-se a si próprios e repensar esta nação com seus próprios olhos.

Neste momento, é singular a contribuição do movimento Modernista que propõe a redescoberta do Brasil, e das lutas preservacionistas deflagradas em São Paulo por Paulo Duarte e Mário de Andrade. Na ótica deste trabalho, deve receber atenção o impulso das descobertas arqueológicas em diversas partes do território brasileiro.

Em contrapartida, a industrialização acelerada que trouxe e garantiu uma certa autonomia ao Brasil, indiretamente devastou muitos territórios e destruiu os vestígios pré-coloniais. Deve ser ressaltado, também, que a burguesia - predominantemente imigrante - que sustentou o referido processo de industrialização, não tinha nenhuma razão em preservar um passado que não lhe pertencia.

Nesta estratigrafia do abandono, que sufocou os vestígios arqueológicos, outro elemento passou a representar uma sólida e, porque não afirmar, impenetrável camada, ou seja: a visão de que os processos preservacionistas representam oposição ao progresso.

Paulo Duarte, em seu célebre livro “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, retratou muito bem as questões que estavam envolvidas (e ainda estão) nas lutas preservacionistas e reiterou a necessidade da criação de uma estrutura institucional para a preservação dos já considerados bens patrimoniais. Este, então jovem jornalista e político, deflagrou uma verdadeira cruzada em função do tratamento, guarda e uso da nossa herança cultural. Muitos intelectuais paulistas vincularam-se a esta luta e, deste esforço, nasceu o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, com intenções estaduais e nacionais. Esta efêmera experiência, que foi extirpada em 1937, com o advento do Estado Novo, é mencionada neste trabalho pelo seu caráter exemplar em relação a muitos procedimentos que foram comuns à realidade cultural brasileira. Nesta mesma época, outros movimentos de caráter sempre regional, foram deflagrados por todo o país. Entretanto, este processo paulista aponta peculiaridades merecedoras de destaque, ou seja: a visão aberta e multifacetada sobre as inúmeras vertentes na nossa herança cultural, a imposição da criação de estruturas institucionais para o gerenciamento do nosso patrimônio e a necessária convivência entre movimentos culturais e processos políticos. Para este grupo, “a memória coletiva não tem poder retentivo bastante para guardar, senão transitoriamente, os grandes fatos, excelentes embora, do progresso material, mas lhe não falta fixação perene dos pormenores, até diminutos, dos acontecimentos que encarnam uma conquista espiritual” (DUARTE, 1938, p. 141).

Por um lado, esta citação revela aspectos interessantes das engrenagens que têm sustentado a história da memória coletiva deste país, mas, por outro lado, revela outro ingrediente fundamental da história cultural: as sucessivas visões paternalistas que estão na

gênese da criação de diversas instituições e mesmo nos textos de muitos intelectuais que pensam o nosso processo cultural.

Outra marca importante desse momento está vinculada à elaboração da obra “Macunaíma” de Mário de Andrade. Este romance, que já foi repetidas vezes analisado pelos mais diferentes olhares, chama atenção, sobretudo, pelo fato de que o herói da narrativa recupera o que está em jogo, o seu talismã perdido: o **muiiraquitã**. Em sua luta contra o imigrante burguês, Macunaíma busca e obtém um símbolo que, sabidamente, corresponde à ancestralidade dos traços culturais tapajônicos (Amazônia). Este genial autor, além do seu grande e singular trabalho relacionado à preservação patrimonial, foi capaz de construir uma história épica, que explica o Brasil, a partir de um símbolo pré-colonial.

As últimas décadas assistiram a uma grande efervescência dentro das instituições culturais de cunho preservacionista, e tem ocorrido, também, a criação de diversos centros voltados à formação profissional para o tratamento do patrimônio. Neste contexto, a pesquisa arqueológica e a preservação dos vestígios pré-históricos, difundiram-se por todo o país, com legislação própria e apoiadas, sobretudo, nas estruturas universitárias.

Hoje, é de domínio público a perspectiva da existência de grupos nativos que ocuparam o país em tempos recuados. Os vários canais de comunicação de massa têm divulgado notícias sobre as pesquisas arqueológicas, empolgam-se com as datações dos vestígios e têm popularizado a imagem sobre o arqueólogo.

Entretanto, ainda persistem problemas estruturais que impedem a apropriação, por aqueles que explicam a nação brasileira, dos dados e informações sobre os povos nativos.

Cabe lembrar que a grande estrutura institucional voltada para a área cultural, implantada neste país a partir do Estado Novo, legou diversos museus históricos, que não contextualizaram os bens arqueológicos. Da mesma forma, a legislação federal de preservação do patrimônio existente deste 1937, foi desdobrada em 1961 em uma legislação exclusiva para os bens arqueológicos.

Outra questão que merece nota prende-se à influência sociológica nas pesquisas antropológicas. Neste sentido, as preocupações concentraram-se muito mais em entender a presença do **outro cultural** (brancos e negros), do que em verticalizar o conhecimento sobre a essência das sociedades indígenas e cruzá-la com os dados extraídos de seus territórios por meio da Arqueologia.

O abandono das fontes arqueológicas na configuração do quadro dos problemas interpretativos sobre a nação brasileira, aqui esboçado, pode ser entendido e particularizado em dois segmentos. Em um primeiro momento, considera-se que a imagem da Arqueologia está comprometida, em função de questões inerentes à produção do conhecimento, no que diz respeito ao desenvolvimento científico das pesquisas no território nacional. Em um segundo momento, pode-se afirmar que a comunicação do conhecimento produzido, por esses projetos científicos, está comprometendo e desfocando a imagem sobre a Arqueologia e distanciando-a do processo cultural contemporâneo. Este trabalho aborda este último momento.

Em uma certa medida é possível reconhecer que, o arqueólogo conseguiu maior visibilidade no Brasil, mas, o conhecimento por ele produzido ainda não foi assimilado e contextualizado no âmbito da sociedade brasileira.

Ulpiano B. de Meneses indicou algumas questões relevantes, às quais poderíamos atribuir as razões para este “exílio da

memória arqueológica”. Apontou, por exemplo, a ausência de “sítios arqueológicos espetaculosos como os Andes ou a Mesoamérica”, ou mesmo, a falta de espaço “no quadro de honra em que brilham outros grupos americanos, caucinados pela descoberta e difusão do cacau, do tabaco, etc.” (1987, p. 187).

Pedro Paulo Funari, por sua vez, tem reiterado sistematicamente que os problemas inerentes à história das pesquisas e instituições têm comprometido a natureza do conhecimento e as formas de acesso e devolução patrimonial dos bens arqueológicos deste país. Em seu artigo “Arqueologia Brasileira: visão geral e avaliação” (1994), ao lado de uma análise da historicidade das intervenções arqueológicas, este autor pondera sobre alguns problemas arqueológicos que os profissionais brasileiros não estão resolvendo a contento. Refere-se, neste caso, à antiguidade do homem da América do Sul, à abordagem ecológica das culturas pré-históricas no Brasil e às questões referentes à interpretação da arte rupestre.

Walter Neves lembrou a necessidade de um plano de emergência no que diz respeito à problematização das pesquisas arqueológicas que, além da clássica pesquisa exploratória, as equipes deveriam “adotar modelos dedutivos, apoiados sobre testes de hipóteses competitivas bem formuladas. Este plano deveria apoiar-se, sobretudo, em uma mudança de referenciais epistemológicos e, para tanto, a formação de recursos humanos deveria ser priorizada e, nas palavras deste autor... “de nada adianta investir maciçamente na formação de recursos humanos no exterior se não forem garantidas condições materiais e espirituais adequadas nas instituições brasileiras” (1988, p. 205).

Ao lado dos problemas institucionais, das opções epistemológicas e de formação de novos quadros de pesquisadores, existem também as questões legais vinculadas ao órgão federal que

tem por finalidade aplicar a lei que visa à proteção dos bens arqueológicos, mas não tem capacidade operacional para interagir em todas as áreas deste território.

Entretanto, os profissionais da Arqueologia Brasileira não têm dispensado muita atenção para os processos de comunicação museológica de suas pesquisas.

A partir da constatação de que a comunicação, em suas diferentes linguagens, é um suporte fundamental para a transmissão de idéias, elaboração de conceitos, construção de imagem e apresentação de objetos, contextualizando o ser humano em seu meio natural e cultural, considera-se relevante utilizá-la (pensá-la) como meio (mídia) viabilizador de um processo de preservação, que, por sua vez, é pressuposto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.

Nesse sentido, pretende-se discutir neste trabalho os problemas inerentes à **comunicação museológica**, por considerá-la básica para o tratamento dos vestígios pré-coloniais e extroversão do conhecimento produzido por meio das investigações arqueológicas.

Portanto, este trabalho parte do pressuposto de que a última e mais recente camada dessa estratigrafia do abandono corresponde aos problemas relacionados à criação e desenvolvimento dos entrincheirados museus de Arqueologia no Brasil.